

**ACTA N.º 14/2011**  
**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19.JULHO.2011**

-----Aos dezanove dias do mês de Julho de dois mil e onze, nesta vila de Arouca e Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Arouca, sob a Presidência do seu Presidente, senhor José Artur Tavares Neves, e com a presença dos Vereadores senhores Isabel Maria Soares Brandão de Vasconcelos, Albino Soares de Oliveira, Margarida Maria de Sousa Correia Belém, António Henrique Fernandes Cruz, Manuel Artur de Almeida Miler e Paulo Sérgio Martins Teixeira.-----

-----Pelos 14.30 horas o senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**I — PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----O Vereador senhor Artur Miler pediu a palavra para:-----

-----1. Voltar a chamar a atenção para o mau estado do piso da estrada que liga o Rossio às Alagoas, principalmente no lugar de Alviada, situação para a qual já alertou há mais de um ano;-----

-----2. Alertar para o facto da sinalização vertical e luminosa existente no cruzamento das Alagoas estar praticamente toda tapada pela vegetação o que aumenta significativamente o perigo do local, principalmente para os condutores que o desconheçam;-----

-----3. Dizer que no entroncamento existente junto à Capela de Abelheira se continua a denotar a falta de sinalização de perigo, perigo para o qual também já alertou em Julho do ano findo;-----

-----4. Referindo-se ao plano de intervenção nas aldeias tradicionais, aprovado por unanimidade há um ano atrás, perguntar em que fase se encontra a sua concretização;-----

-----5. Perguntar se já foi feita a limpeza do quintal da casa do Reguengo;-----

-----O Vereador senhor Paulo Teixeira pediu também a palavra para:-----

-----1. Perguntar, passado que está um mês sobre a tomada de posse do novo Governo, que contactos foram já estabelecidos tendo em vista a conclusão da via estruturante;-----

-----2. Perguntar em que ponto se encontra o processo de instalação de um centro cultural na ala sul do Convento, incluindo nele a Academia de Música, facto de que o senhor Presidente deu conhecimento à Câmara há um ano atrás;-----

-----3. Atendendo ao elevado estado de degradação e abandono em que se encontra a Carreira de Moinhos de Alvarenga, perguntar a que se deve esse estado;-----

-----4. Perguntar se já há resultados do inquérito relativo ao despejo de resíduos nas margens do rio Paivó;-----

-----5. Perguntar se a instalação de mini-hídricas no Rio Paiva está completamente afastada ou se existem alguns processos pendentes;-----

19.07.2011

----- 6. A propósito da entrevista que o senhor Manuel Valério deu a um órgão de comunicação regional local, onde afirmou que o Geoparque Arouca é uma grande decepção, perguntar se a Câmara está a pensar tomar alguma posição; -----

----- 7. Alertar para a existência de um grande buraco na valeta da estrada a seguir à rotunda do agricultor; -----

----- O Vereador senhor António Cruz pediu a palavra para: -----

----- 1. Perguntar a quem compete a gestão dos funcionários que estão atribuídos às Juntas de Freguesia e de que forma são controladas a quantidade e a qualidade do seu trabalho; -----

----- 2. Alertar para a necessidade de ser ponderada a instalação de uma praia fluvial nas margens do Rio Paivó. -----

----- Às questões suscitada pelo Vereador senhor Artur Miler o senhor Presidente respondeu que: -----

----- 1. Enquanto o saneamento básico não for colocado, a Câmara pensa apenas fazer intervenções de reparação naquela estrada; -----

----- 2. Vai dar conhecimento da situação à Direcção de Estradas, alertando para a necessidade de solucionar o problema; -----

----- 3. O problema poderá ser resolvido com a colocação de sinalização horizontal, o que poderá vir a ser feito no âmbito de uma intervenção mais vasta a nível da rede viária municipal; -----

----- 4. Contrariamente ao que se esperava, não existe ainda nenhum programa comunitário que permita o financiamento daquele plano; -----

----- 5. Não foi feita ainda qualquer limpeza. -----

----- Às questões postas pelo Vereador senhor Paulo Teixeira o senhor Presidente respondeu que: -----

----- 1. A Associação de Municípios das Terras de Santa Maria aguarda que seja marcada a reunião que pediu ao senhor Secretário de Estado das Obras Públicas; que no próximo dia 21 haverá um reunião na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional para tomar contacto com o plano estratégico para as acessibilidades de carácter regional, documento em que se irá basear o aviso de candidatura a fundos comunitários que poderá ser utilizado pela Estradas de Portugal para financiamento da obra; -----

----- 2. Foi elaborado um plano de intervenção que apontava para a instalação da Academia de Música naquela ala do Mosteiro, mas os elevados custos que advinham dessa instalação impossibilitaram a sua concretização; que está assumido pela Direcção Regional de Educação do Norte que a Academia de Música será instalada na EB2,3 de Arouca assim que esta escola seja objecto de obras de beneficiação; -----

----- 3. Existe um projecto de requalificação da carreira de moinhos, que deverá ser concretizado pela Junta de Freguesia de Alvarenga, entidade que está já a proceder à aquisição de alguns deles. -----

19.07.2011

-----4. O inquérito está a decorrer, não existindo ainda conclusões;-----

-----5. Neste momento não existe qualquer pedido de instalação de mini-hídricas; -----

-----6. Que a entrevista é contraditória nos seus termos, porque as 10.000 visitas que o senhor Manuel Valério diz ter tido no Centro de Interpretação Geológica de Canelas só foram possíveis por força da divulgação que lhe foi feita pelo Geoparque, não se devendo valorizar comentários injustos e infelizes; -----

-----7. Vai mandar verificar a situação.-----

-----Às questões do Vereador senhor António Cruz, o senhor Presidente respondeu que: -----

-----1. A gestão e o controlo competem à Junta de Freguesia onde os trabalhos se desenvolvem; -----

-----2. Vai mandar estudar o assunto.-----

-----A Vereadora senhora Isabel Vasconcelos ausentou-se da reunião.-----

-----**II — PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**01. ACTA:**-----

-----Foi presente à consideração da Câmara a acta número 13/2011, relativa à reunião ordinária de 5 de Julho.-----

-----Achada conforme, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprová-la.--

-----**02. JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:**-----

-----Nada a registar.-----

-----**03. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:**-----

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número 135, do dia de ontem, que apresenta um saldo em disponibilidades no valor global de €2.665.666,67 (dois milhões seiscentos e sessenta e cinco mil seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos), correspondente a operações orçamentais e não orçamentais, nos valores de, respectivamente, €1.972.942,36 (um milhão novecentos e setenta e dois mil novecentos e quarenta e dois euros e trinta e seis cêntimos) e €692.724,61 (seiscentos e noventa e dois mil setecentos e vinte e quatro euros e sessenta e um cêntimos).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**04. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 13.ª ALTERAÇÃO:**-----

-----Foi presente à consideração da Câmara a 13.ª alteração às Grandes Opções do Plano para o ano em curso, instruída com o mapa discriminativo dos projectos/acções a alterar, da qual resulta a diminuição da dotação global definida no valor de €30.200,00 (trinta mil e duzentos euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede.-----

19.07.2011

----- **05. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO – ORÇAMENTO – 13.ª ALTERAÇÃO:**-----

----- Foi presente a 13.ª alteração ao Orçamento para o ano em curso, acompanhada dos mapas de discriminação respectivos, em que são reforçadas várias rubricas com o valor global de €123.200,00 (cento e vinte e três mil e duzentos euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede. -----

----- **06. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO IRS:**-----

----- Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

----- “Os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das reduções previstas no nº 1 do artigo 78º do Código do IRS. -----

----- A participação referida depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município, a qual deve ser comunicada por via electrónica à Direcção-geral dos Impostos até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos. -----

----- A ausência de comunicação ou a sua recepção para além do prazo estipulado equivale à falta de deliberação. -----

----- Caso a percentagem deliberada pelo Município seja inferior a 5%, o produto da diferença de taxas e colecta líquida é considerado como dedução à colecta do IRS, a favor do sujeito passivo. -----

----- Nestes termos e considerando o disposto no art.º 20º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, PROPÕE-SE:-----

----- 1 – Que a Câmara Municipal delibere fixar a taxa de participação no IRS, a que se refere o nº 1 do artigo 20º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, em 5%. -----

----- 2 – Que, no caso de merecer deferimento, a proposta seja submetida à consideração da Assembleia Municipal.” -----

----- Pels Vereadores senhores Artur Miler e Paulo Teixeira foi proposto que a Câmara delibere fixar a referida taxa de participação em 2,5%. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprovar a proposta do senhor Presidente, com os votos contra dos Vereadores Artur Miler e Paulo Teixeira, que justificaram o seu voto com a seguinte declaração:-----

----- “Com a Nova Lei das Finanças Locais o Estado prescindiu de arrecadar directamente para o Governo central 5 % da taxa de IRS dos contribuintes, passando esse valor a ser gerido pelos Municípios de

19.07.2011

todo o país. Pode, por isso mesmo, cada autarquia reduzir até esse valor máximo de 5 % a taxa de IRS dos contribuintes com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial. -----

----- Constatamos que o executivo do Município de Arouca teima em manter a taxa máxima de IRS, quando: -----

----- 1º Mesmo em tempo de crise, o Poder Central, apesar de ter nos seus braços uma enorme dívida pública, não retomou estes 5 % directamente para os seus cofres;-----

----- 2º Deveria ser o Município de Arouca, que felizmente se vangloria de ter larga capacidade de endividamento, a tomar a iniciativa de aliviar a carga fiscal dos arouquenses seus munícipes, prescindindo de parte dessa receita;-----

----- 3º O PSD-Arouca já vem defendendo desde o anterior mandato a redução desse imposto para os arouquenses tendo mesmo feito aprovar uma redução de 1,5 % na taxa de IRS. E acha que uma redução seria um contributo para melhorar a qualidade de vida dos arouquenses aqui residentes, já de si tão castigados pela interioridade, pela falta de emprego na sua terra, pela maior carga fiscal que se avizinha, e pela inexistência de uma via de ligação condigna ao litoral, tantas vezes prometida e até agora sempre adiada. -----

----- Por tais motivos os Vereadores do PSD votam contra a proposta apresentada pelo executivo de manutenção da taxa máxima de 5% no IRS a ser cobrado no ano fiscal de 2012.” -----

----- **07. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - FIXAÇÃO DA TAXA:**-----

----- Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

----- “Estabelece o n.º 4 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, que o Município, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixa, em relação aos prédios urbanos, a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do número 1 daquele artigo.-----

----- A partir da entrada em vigor do CIMI o Município tem vindo a fixar aquelas taxas em 0,6% para os prédios urbanos e em 0,35% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI.-----

----- A deliberação que vier a ser tomada sobre o assunto deverá ser comunicada à Direcção-Geral dos Impostos até 30 de Novembro, para vigorar no ano seguinte, sob pena de serem aplicadas as taxas mínimas fixadas nas referidas alíneas. -----

----- Deste modo, propõe-se que a Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 5, artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixe, a exemplo dos anos anteriores, para vigorarem no ano de 2012, as seguintes taxas: -----

----- Prédios urbanos ..... 0,6% -----

19.07.2011

----- Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI.. .....0,35%” -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprovar aquela proposta, abstendo-se os Vereadores senhores Artur Miler e Paulo Teixeira que justificaram o seu voto com a seguinte declaração:-- -----

----- «Os vereadores do PSD, Artur Miller e Paulo Teixeira, votam pela abstenção neste ponto porque, embora concordem na essência com os valores apresentados na presente proposta, acham que está incompleta não englobando nem prevendo nenhuma discriminação positiva para imóveis “amigos” do ambiente e que promovam a sustentabilidade energética. Assim, e no seguimento do que já no ano transacto aqui foi apresentado pelos vereadores do PSD aquando da discussão do mesmo assunto voltamos a reforçar a ideia de que a presente proposta da taxa de IMI deva ser complementada com os valores abaixo referenciados e só posteriormente seja proposta a assembleia municipal.-----

----- Redução de 25% da taxa de IMI (Imposto Municipal de Imóveis) para imóveis que obtenham Certificação Energética do tipo A. -----

----- Redução de 50% da taxa de IMI (Imposto Municipal de Imóveis) para imóveis que obtenham Certificação Energética do tipo A + ou no âmbito do Programa 'líderA'.» -----

----- **08. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/LANÇAMENTO DE DERRAMA:** -----

----- Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

----- “Para reforçar a sua capacidade financeira o Município pode lançar anualmente uma derrama, até ao limite de 1,5 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. -----

----- A deliberação relativa à decisão tomada sobre a matéria deverá ser comunicada por via electrónica, pela Câmara Municipal, à Direcção-Geral dos Impostos até 31 de Dezembro do ano anterior ao da cobrança, sob pena dos serviços competentes do Estado não procederem à liquidação e cobrança da derrama. Nestes termos e considerando o disposto no art.º 14º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, e na alínea f), n.º 2, art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, PROPÕE-SE: -----

----- O lançamento de uma derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas – IRC, a cobrar em 2012.” -----

----- Os Vereadores senhores Artur Miler e Paulo Teixeira propuseram que a derrama a lançar fosse de apenas 1% sobre o referido lucro tributável. -----

19.07.2011

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprovar a proposta do senhor Presidente, votando contra os Vereadores senhores Artur Miler e Paulo Teixeira que justificaram o seu voto com a seguinte declaração:-----

-----“Sabemos que o município pode lançar anualmente uma derrama, até ao limite de 1,5 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), de forma a obter fontes de financiamento; no entanto e tendo em conta a actual conjuntura económica, o cenário de crise e dificuldades comerciais que atravessam todas as empresas de Portugal, o que engloba como é óbvio também as que laboram em Arouca, entendemos que uma diminuição de 0,5% da derrama sobre o valor proposto pela autarquia, serviria como um incentivo e uma ajuda às empresas “concelhias” na ajuda do combate à forte crise que atravessamos.-----

-----Entendemos então que uma taxa de derrama de 1% seria um valor mais justo, que não colocaria em causa a “saúde financeira da autarquia” e acreditamos, serviria como um incentivo e um pequeno apoio às empresas arouquenses no atravessar destes tempos económica e comercialmente difíceis. -----

-----Por tais motivos, os vereadores do PSD, Artur Miller e Paulo Teixeira votam contra a proposta de aplicação da taxa de derrama máxima de 1,5% sobre o IRC.” -----

**-----09. ENSINO BÁSICO/TRANSPORTES ESCOLARES – CENTRO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL RAINHA SANTA MAFALDA – SUBSÍDIO: -----**

-----Foi presente à consideração da Câmara uma proposta da Divisão de Educação e Acção Social no sentido da Câmara conceder ao Centro Paroquial de Promoção Social Rainha Santa Mafalda um subsídio de €2.610,00 (dois mil seiscentos e dez euros) para fazer face às despesas com o transporte escolar da aluna com necessidades educativas especiais Sandra Sofia Duarte, integrada na Unidade de Apoio Especializado da EB1 da Boavista, e um subsídio de €4.743,50 (quatro mil setecentos e quarenta e três euros e cinquenta cêntimos) para fazer face às despesas com o transporte escolar do aluno com necessidades educativas especiais David Manuel Silva Morgado, a frequentar a EB2,3 de Arouca. -----

-----Aquando da apresentação deste assunto o Vereador senhor Artur Miler informou o senhor Presidente que nele tem interesse enquanto membro dos corpos sociais do Centro Paroquial, pelo que deve ser declarado impedido de participar na sua discussão e votação. -----

-----Declarado o impedimento, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, sem a presença daquele membro, conceder os referidos subsídios. -----

**-----10. ENSINO BÁSICO/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DA POPULAÇÃO ESCOLAR - ANO LECTIVO 2011/2012 – ADJUDICAÇÃO: -----**

19.07.2011

----- Foram presentes à consideração da Câmara as propostas concorrentes ao concurso público para adjudicação da prestação de serviços em epígrafe, acompanhadas do relatório do júri que procedeu à sua análise. -----

----- Face às conclusões do referido júri, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade: -----

----- 1. Adjudicar os circuitos: -----

----- número 1 (**Albergaria da Serra – Merujal – EB1 Provesende - Albergaria da Serra**), à concorrente J. F. Damásio & Amorim, Ld.<sup>a</sup>, pelo valor diário proposto de €26,70 (vinte e seis euros e setenta cêntimos);-----

----- número 5 (**Gamarão de Baixo – Mealha - Vilarinho – EB1 Canelas – Gamarão de Baixo**), à concorrente António Augusto de Almeida, Ld.<sup>a</sup>, pelo valor diário proposto de €55,00 (cinquenta e cinco euros);---

----- número 7 (**Lourosa de Matos – EB1 Urrô – Lourosa de Matos**), ao concorrente Carlos Almeida Brandão, pelo valor diário proposto de €17,46 (dezassete euros e quarenta e seis cêntimos);-----

----- número 8 (**Quintela – Bouça – Pólo Escolar de Chave – Quintela**), à concorrente J. F. Damásio & Amorim, Ld.<sup>a</sup>, pelo valor diário proposto de €19,70 (dezanove euros e setenta cêntimos);-----

----- número 9 (**S. Mamede - Monte Moção – Ribeiro Grande – Parada – Fundo do Arreção – Pé do Monte - Novais - Ventuselas - Ronde - Vinhas – EB1 Boavista - S. Mamede**), à concorrente Caima Transportes, S. A., pelo valor diário proposto de €50,00 (cinquenta euros);-----

----- número 10 (**Silveiras – Covelo de Paivó – Rio de Frades – Bouceguedim - Telhe – EB1 Ponte de Telhe – Silveiras**), à concorrente Cambratur Viagens e Turismo, Ld.<sup>a</sup>, pelo valor diário proposto de €69,50 (sessenta e nove euros e cinquenta cêntimos); -----

----- número 11 (**Serabigões -Vila Cova - Espiunca – EB1 Canelas – Serabigões**), à concorrente André Azevedo, Transportes de Passageiros, Unipessoal, Ld.<sup>a</sup>, pelo valor diário proposto de €40,00 (quarenta euros);-----

----- número 12 (**Soutelo - Pólo Escolar Chave – Soutelo**), à concorrente Táxis Miguel & Correia, Ld.<sup>a</sup>, pelo valor diário proposto de €11,70 (onze euros e setenta);-----

----- número 13 (**Souto Redondo – Povia Reguenga – EB1 Provesende – Souto Redondo**) à concorrente J. F. Damásio & Amorim, Ld.<sup>a</sup>, pelo valor diário proposto de €23,70 (vinte e três euros e setenta cêntimos);-----

----- número 14 (**Cabreiros – Chão de Espinho – Espinho – Adaúfe – Bustelo – Penso - Arouca – Cabreiros**) à concorrente António Augusto de Almeida, Ld.<sup>a</sup>, pelo valor diário proposto de €48,00 (quarenta e oito euros).-----



19.07.2011

----- número 15 (**Folgozinho – S. João – Folgozinho**), à concorrente Táxis Feiteira, Ld.<sup>a</sup>, pelo valor diário proposto de €17,85 (dezassete euros e oitenta e cinco cêntimos); -----

----- número 16 (**Serabigões – Mealha – Arouca – Serabigões**) à concorrente André Azevedo, Transportes de Passageiros, Unipessoal, Ld.<sup>a</sup>, pelo valor diário proposto de €35,00 (trinta e cinco euros); -----

----- número 17 (**S. Mamede – Monte Moção – Ribeiro Grande – Bonjardim - Arouca – S. Mamede**) à concorrente Caima Transportes, S. A., pelo valor diário proposto de €90,00 (noventa euros); -----

----- número 18 (**Bustelo - Fontainhas - EB23 Arouca – Bustelo**) ao concorrente Carlos Almeida Brandão, pelo valor diário proposto de €57,42 (cinquenta e sete euros e quarenta e dois cêntimos); -----

----- número 19 (**Senras (Rossas) – Marecos (Várzea) – Reguengos (Urrô) – Arouca – Senras**) à concorrente Táxis Feiteira, Ld.<sup>a</sup>, pelo valor diário proposto de €24,65 (vinte e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos).-----

----- **2. Não adjudicar os circuitos números 2 (Ameixieira - Santa Maria do Monte – Sá – Presa - EB1 Boavista – Ameixieira), 3 (Covalquente – Cruz das Eiras – Carvalho Redondo – EB1 Mosteirô – Covalquente), 4 (Espinho – Bustelo - Friães - Fuste – EB1 Paços – Espinho) e 5 (Lazaro – Viso – Baloca – EB1 Belece – Lazaro) por terem ficado desertos.**-----

----- **11. ENSINO BÁSICO/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DA POPULAÇÃO ESCOLAR – CIRCUITOS DESERTOS - ANO LECTIVO 2011/2012 – PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS:**-----

-----Foram presentes o programa de procedimento e o caderno de encargos referentes à prestação de serviços em epígrafe.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, contratar a referida prestação de serviços, adoptar o procedimento de concurso público para o efeito e aprovar as referidas peças procedimentais, nos termos do disposto no CCP.-----

----- **12. ENSINO BÁSICO/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DA POPULAÇÃO ESCOLAR (CIRCUITOS 20, 21, 22, 23) - ANO LECTIVO 2011/2012 – PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS:**-----

-----Foram presentes o programa de procedimento e o caderno de encargos referentes à prestação de serviços em epígrafe.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, contratar a referida prestação de serviços, adoptar o procedimento de concurso público para o efeito e aprovar as referidas peças procedimentais, nos termos do disposto no CCP.-----

**----- 13. ENSINO BÁSICO/PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO - ANO LECTIVO 2011/2012 - PROTOCOLO COM ASSOCIAÇÕES DE PAIS – MINUTA: -----**

----- Foi presente à consideração da Câmara a minuta do protocolo a celebrar entre o Município e associações de pais de escolas do primeiro ciclo tendo em vista o estabelecimento dos termos e condições em que as duas partes se comprometem garantir o fornecimento de refeições escolares a alunos de estabelecimentos de ensino do concelho do 1.º CEB, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede. ----

**----- 14. URBANIZAÇÃO/CONSTRUÇÃO DO ARRUAMENTO NASCENTE À E. B.1 DE AROUCA – AQUISIÇÃO DE TERRENOS: -----**

----- Pelo senhor Presidente foram presentes as seguintes propostas: -----

----- 1. “Os Sr.s Henrique Alexandre de Oliveira Fernandes, Carmen Dolores de Oliveira Fernandes, com a necessária autorização de seu marido, Rogério Luís Nogueira Martel da Silva, Victor Alexandre de Oliveira Fernandes, com a necessária autorização da sua esposa, Vera Cláudia Araújo Teixeira da Silva, André Fonseca de Oliveira Fernandes, Diogo Fonseca de Oliveira Fernandes, Maria da Glória da Costa Brandão Oliveira, Maria Cristina da Costa Brandão Oliveira, com a necessária autorização de seu marido, António Manuel Machado Henriques Carneiro, Maria Emília da Costa Brandão Oliveira, com a necessária autorização de seu marido, Álvaro Oliveira Azevedo, Ernesto Alexandre da Costa Brandão Oliveira, com a necessária autorização de sua esposa, Maria José Amaral Estrela, Maria da Glória da Costa Brandão Oliveira, com a necessária autorização de seu marido, Armelindo José Bragança Mendonça e Armanda Maria da Costa Brandão Oliveira, com a necessária autorização de seu marido, Fernando José Moreira Macedo, dispõem-se a vender pelo valor global de €5.246,33 (cinco mil duzentos e quarenta e seis euros e trinta e três cêntimos) uma parcela de terreno com a área de 639 m2, a destacar do prédio rústico de sua propriedade sito nos limites de Arouca, freguesia e concelho de Arouca, inscrito na matriz predial sob o n.º 903 e descrito na Conservatória de Registo Predial sob o n.º 91/19860519, parcela essa que confronta do norte com caminho, de nascente com os vendedores, do sul com Maria Adelaide Duarte Valente e José António Duarte Valente e de poente com a escola EB1 de Arouca, necessária para a execução do Arruamento Nascente à EB1 de Arouca. -----

----- Os taludes de suporte à via, na extensão da parcela, serão pertença dos vendedores a partir do limite exterior dos passeios. -----

----- Nestes termos, proponho a aquisição do terreno por parte da Câmara Municipal.” -----

19.07.2011

-----2. “Os Sr.s Henrique Alexandre de Oliveira Fernandes, Carmen Dolores de Oliveira Fernandes, com a necessária autorização de seu marido, Rogério Luís Nogueira Martel da Silva, Victor Alexandre de Oliveira Fernandes, com a necessária autorização da sua esposa, Vera Cláudia Araújo Teixeira da Silva, André Fonseca de Oliveira Fernandes, Diogo Fonseca de Oliveira Fernandes, Maria da Glória da Costa Brandão Oliveira, Maria Cristina da Costa Brandão Oliveira, com a necessária autorização de seu marido, António Manuel Machado Henriques Carneiro, Maria Emília da Costa Brandão Oliveira, com a necessária autorização de seu marido, Álvaro Oliveira Azevedo, Ernesto Alexandre da Costa Brandão Oliveira, com a necessária autorização de sua esposa, Maria José Amaral Estrela, Maria da Glória da Costa Brandão Oliveira, com a necessária autorização de seu marido, Armelindo José Bragança Mendonça, Armada Maria da Costa Brandão Oliveira, com a necessária autorização de seu marido, Fernando José Moreira Macedo e Nélson Manuel Oliveira Vaz dispõem-se a vender pelo valor global de €7.516,75 (sete mil quinhentos e dezasseis euros e setenta e cinco cêntimos) uma parcela de terreno com a área de 204,45 m<sup>2</sup>, a destacar do prédio rústico de sua propriedade sito nos limites de Arouca, freguesia e concelho de Arouca, inscrito na matriz predial sob o n.º 200 e descrito na Conservatória de Registo Predial sob o n.º 90/19860519, parcela essa que confronta do norte com os vendedores, de nascente e sul com a Rua Dr. Gil da Costa e de poente com Maria Adelaide Duarte Valente e José António Duarte Valente, necessária para a execução do Arruamento Nascente à EB1 de Arouca.-----

-----Os taludes de suporte à via, na extensão da parcela, serão pertença dos vendedores a partir do limite exterior dos passeios.-----

-----Nestes termos, proponho a aquisição do terreno por parte da Câmara Municipal.”-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquelas propostas. ---

**-----15. RESÍDUOS SÓLIDOS/TARIFÁRIO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DO MUNICÍPIO DE AROUCA – ALTERAÇÃO:-----**

-----Foi presente à consideração da Câmara uma proposta de alteração ao tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos do Município, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Artur Miler e Paulo Teixeira, aprovar aquela proposta.-----

**-----16. ÁGUA/AMÁLIA DA CONCEIÇÃO CORREIA FERREIRA – RECLAMAÇÃO: -----**

-----Foi presente à consideração da Câmara a reclamação da senhora Amália da Conceição Correia Ferreira, residente no lugar de S. Pedro, nesta vila, sobre o elevado valor da facturação da água consumida na sua habitação nos meses de Abril e Maio, alegadamente provocado pelo funcionamento irregular do seu contador originado pela entrada de ar na rede de abastecimento público.-----

19.07.2011

----- Face à informação da DASU, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, atender à reclamação, reembolsando a importância de €49,34 (quarenta e nove euros e trinta e quatro cêntimos), indevidamente cobrada.-----

**----- 17. SANEAMENTO BÁSICO/ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S. A. – INSTALAÇÃO DE REDES DOMICILIÁRIAS DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA COM A EMPREITADA “CONDUTA ADUTORA SOUTO REDONDO – TROPEÇO” – PROTOCOLO:-----**

----- Foi presente à consideração da Câmara a minuta do protocolo a celebrar com a empresa Águas do Douro e Paiva, S. A. tendo “por objecto regular a intervenção de cada uma das partes na execução e custeio da obra de construção civil, para instalação de redes domiciliárias de drenagem de águas residuais e de distribuição de água, nos arruamentos municipais onde se desenrola a empreitada da “Conduta Adutora Souto Redondo – Tropeço”, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede. ---- -----

**----- 18. SERVIÇOS MUNICIPAIS/FORNECIMENTO DE GASÓLEO A GRANEL PARA OS ANOS DE 2011 E 2012 – PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS:-----**

----- Foram presentes à consideração da Câmara o programa de procedimento e o caderno de encargos para o fornecimento de gasóleo a granel para os anos 2011 e 2012.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, contratar o referido fornecimento, adoptar o procedimento de concurso público para o efeito e aprovar as referidas peças procedimentais, nos termos do disposto no CCP. -----

**----- 19. LICENCIAMENTO DE OBRAS/CARLOS DOS SANTOS FERREIRA E OUTRO, (ABELHEIRA, ESCARIZ): -----**

----- Foi presente o processo número 66/2007, de Carlos dos Santos Ferreira e outro, residente em Abelheira, Escariz, acompanhado do requerimento registado sob o número 2.828/DGU, em 4 de Dezembro de 2007, a solicitar informação prévia acerca da viabilidade de construir um edifício em terreno sito no referido lugar. -----

----- Face à informação da DGU, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar informar desfavoravelmente uma vez que o terreno onde se pretende implantar a construção está inserido no espaço canal destinado a salvaguardar o espaço necessário à abertura de eixo viário da rede principal, o que contraria o disposto na alínea a), art.º 42.º do regulamento do Plano Director Municipal (PDM). --

**----- 20. LICENCIAMENTO DE OBRAS/VÍTOR DOMINGOS LOPES GALANTE DOS SANTOS, (REGOUFE, COVELO DE PAIVÓ): -----**

19.07.2011

----- Foi presente o processo número 1/2011, de Vítor Domingos Lopes Galante dos Santos, residente na Rua Artur Napoleão, 74, 3.º FD, Senhora da Hora, município de Matosinhos, a solicitar informação prévia acerca da viabilidade de construir uma habitação em terreno sito no lugar de Regoufe, freguesia de Covelo de Paivó.-----

----- Face à informação da DGU, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar informar desfavoravelmente uma vez que o terreno objecto da intervenção fica fora da área edificada consolidada e está classificado como de risco de incêndio elevado e muito elevado, facto que contraria o disposto no número 2, art.º 16.º, do Decreto-Lei número 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei número 17/2009, de 14 de Janeiro. -----

**----- 21. LICENCIAMENTO DE OBRAS/MARIA AMÁLIA BRANDÃO ALVES DE MAGALHÃES, (PORTELA, BURGO):-----**

----- Foi presente o processo número 23/2011, de Maria Amália Brandão Alves de Magalhães, residente na Rua Maria Velede, Quinta da Luz 22B, em Lisboa, acompanhado do requerimento registado sob o número 816/DGU, em 25 de Maio findo, a solicitar informação prévia acerca da viabilidade de construir habitação e muros em terreno no lugar da Portela, freguesia do Burgo.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar informar favoravelmente, nos termos da informação da DGU. -----

**----- 22. LICENCIAMENTO DE OBRAS/MARIA DE FÁTIMA DA ROCHA OLIVEIRA, (URREIRA, ESCARIZ):---**

----- Foi presente o processo número 45/2010, de Maria de Fátima da Rocha Oliveira, residente em Belide, Escariz, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.776/DGU, em 28 de Outubro do ano findo, a solicitar informação prévia acerca da viabilidade de construir uma habitação no lote número cinco do loteamento licenciado pelo alvará número 1/2009, sito no lugar de Urreira, naquela freguesia.-----

----- Sobre o pedido, a DGU informou, no essencial, que: -----

----- Após análise de todas as peças apresentadas, verifica-se que a presente proposta de intervenção contraria o projecto de loteamento e respectivo alvará, porquanto: -----

----- a) o edifício está implantado em desrespeito da implantação e inserção da habitação no lote que constam do projecto de loteamento; -----

----- b) o alçado nascente previsto a folhas 17 do processo representa a habitação a ser implantada à mesma cota do arruamento, quando no projecto de loteamento aprovado a implantação da habitação deve ser feita a cota superior à do arruamento.-----

19.07.2011

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar informar desfavoravelmente. -----

----- **23. LICENCIAMENTO DE OBRAS/JOAQUIM DE PINHO ADRIANO, (S. PEDRO, AROUCA):** -----

----- Foi presente o processo número 2/2009, de Joaquim de Pinho Adriano, residente em S. Pedro, Arouca, acompanhado do requerimento registado sob o número 26/DGU, em 7 de Janeiro de 2009, a solicitar informação prévia acerca da viabilidade de proceder a uma operação de loteamento em terreno sito no referido lugar. -----

----- Face à informação da DGU, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar informar desfavoravelmente, uma vez que a construção prevista para o lote seis ficaria sobre a linha de água representada nas cartas militares n.º 145 e n.º 155 e na planta de condicionantes do Plano de Urbanização. -----

----- **24. LICENCIAMENTO DE OBRAS/JOSÉ AUGUSTO DE PINHO BRANDÃO, (MOUTAS, URRÔ):** -----

----- Foi presente o processo de obras número 59/2011, de José Augusto de Pinho Brandão, residente em Moutas, Urrô, acompanhado do requerimento registado sob o número 675/DGU, a solicitar o licenciamento com vista a ampliar e alterar uma habitação e construir um anexo, tudo a levar a efeito no referido lugar. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido, nos termos da informação da DGU. -----

----- **25. LICENCIAMENTO DE OBRAS/ANTÓNIO DA ROCHA FREITAS, (VILA COVA, ESPIUNCA):** -----

----- Foi presente o processo de obras número 84/2011, de António da Rocha Freitas, residente em Vila Cova, Espiunca, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.032/DGU, em 6 de Julho corrente, a solicitar o licenciamento com vista a construir anexo e muro em terreno sito no referido lugar. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido, nos termos da informação da DGU. -----

----- **26. LICENCIAMENTO DE OBRAS/VERA LUCIANA DUARTE OLIVEIRA, (AGRAS, MANSORES):** -----

----- Foi presente o processo de obras número 2/2011, de Vera Lúcia Duarte Oliveira, residente no lugar de Agras, freguesia de Mansores, acompanhado do requerimento registado sob o número 5, em 4 de Janeiro findo, a solicitar o licenciamento com vista a construir um anexo em terreno sito no referido lugar. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deixar o assunto para estudo. -----

----- **27. LICENCIAMENTO DE OBRAS/ANTÓNIO DE JESUS MOREIRA, (MOSTEIRÔ, FERMEDO):** -

19.07.2011

-----Foi presente o processo de obras número 80/2011, de António de Jesus Moreira, residente em Mosteirô, Fervedo, acompanhado do requerimento registado sob o número 992/DGU, em 28 de Junho findo, a solicitar o licenciamento com vista a legalizar um anexo e muros, levados a efeito no referido lugar.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido, nos termos da informação da DGU. -----

-----**28. LICENCIAMENTO DE OBRAS/ÁLVARO VIEIRA DE BRITO, (SÁ, SANTA EULÁLIA):**-----

-----Foi presente o processo de obras número 82/2011, de Álvaro Vieira de Brito, residente na Rua Luís Pinto da Fonseca, 107, freguesia de Campanhã, município do Porto, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.000/DGU, em 30 de Junho findo, a solicitar o licenciamento com vista a ampliar e alterar a habitação que possui no lugar de Sá, freguesia de Santa Eulália.-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido, nos termos da informação da DGU. -----

-----**29. LICENCIAMENTO DE OBRAS/CARLOS LEITE DE ALMEIDA, (CELA, URRÔ):**-----

-----Foi presente o processo de obras número 67/2009, de Carlos Leite de Almeida, residente em Outeiro, Urrô, acompanhado do requerimento registado sob o número 370/DGU, em 14 de Março findo, a solicitar a prorrogação do prazo da licença número 55/2010, de 23 de Janeiro.-----

-----Face à informação da DGU, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido e declarar a caducidade daquele alvará de licença, nos termos do disposto na alínea a), n.º 3, art.º 71.º do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro e pelo Decreto-Lei número 26/2010, de 30 de Março, uma vez que o requerente não deu início à construção antes de decorridos doze meses a contar da emissão referido alvará.-----

-----**30. LICENCIAMENTO DE OBRAS/JUSTINO FERNANDO DE ALMEIDA DUARTE, (MANGA, AROUCA):**-----

-----Foi presente o processo de obras número 182/2011, de Justino Fernando de Almeida Duarte, residente na Rua Alferes Diogo Malafaia, 9, 1.º esquerdo, nesta vila, acompanhado do requerimento registado sob o número 182/DGU, em 7 de Fevereiro findo, a solicitar o licenciamento com vista a construir uma garagem e a legalizar uma cabine em terreno sito no lugar da Manga, freguesia de Arouca. -----

-----Sobre o pedido a DGU informou, no essencial, que: -----

-----No mesmo dia em que apresentou o requerimento acima indicado, o requerente formalizou o pedido de nova licença para construção de uma habitação no mesmo terreno, a que se refere o processo

19.07.2011

número 351/99, pelo que a garagem que se pretende construir e a cabine a legalizar serão anexos daquela habitação;-----

----- Aqueles anexos possuem área superior a 20% da área da habitação pretendida, o que contraria o disposto no n.º 3, art.º 17.º, do regulamento do Plano de Urbanização.-----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido, nos termos do disposto na alínea a), n.º 1, art.º 24.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, e pelo Decreto-Lei número 26/2010, de 30 de Março.-----

**----- 31. LOTEAMENTOS/JOAQUIM ALVES INVERNEIRO, (OUTEIRO, ESCARIZ): -----**

----- Foi presente o processo de loteamento número 20/94, de Joaquim Alves Inverneiro, residente em Outeiro, Escariz, acompanhado do requerimento registado sob o número 391/DGU, em 17 de Março findo, a solicitar o licenciamento com vista a alterar o alvará de loteamento número 10/1995, de 30 de Maio.-----

----- Sobre o pedido a DGU informou, no essencial que:-----

----- O alvará que se pretende alterar contempla a constituição de um lote com 400m² e a cedência de uma área de 30m², destinada ao alargamento do caminho público.-----

----- Com a presente proposta pretende-se a ampliação da área do lote em mais 17m² e a alteração da área de implantação e de construção, com vista a possibilitar a edificação de um anexo.-----

----- Segundo a memória descritiva da proposta, os 17m² que se pretende anexar ao lote seriam retirados da área cedida para integrar o domínio público.-----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido, nos termos da alínea a), n.º 1, art.º 24.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, e pelo Decreto-Lei número 26/2010, de 30 de Março, já que o titular do processo não tem legitimidade para ocupar a área de terreno que se pretende anexar ao lote referido.-----

**----- 32. DIVERSOS/CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DO PARQUE DE NEGÓCIOS DE ESCARIZ – PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS:-----**

----- Foram presentes à consideração da Câmara o programa de procedimento e o caderno de encargos relativos à empreitada em epígrafe.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, contratar a execução da referida empreitada, adoptar o procedimento de concurso público para o efeito e aprovar as referidas peças procedimentais, nos termos do disposto no CCP.-----

**----- 33. DIVERSOS/CONSTRUÇÕES RAINHA SANTA MAFALDA, LD.ª – EDIFÍCIO EM RUÍNAS:-----**



19.07.2011

----- Foi presente à consideração da Câmara o auto da vistoria realizada ao edifício que a empresa Construções Rainha Santa Mafalda, Ld.<sup>a</sup> possui no lugar de Barrol, freguesia de Tropeço, para verificar as suas condições de segurança. -----

----- Face às conclusões da comissão de vistorias, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, nos termos do disposto na alínea c), n.º 5, art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, ordenar a realização das obras constantes do referido auto, nos termos e no prazo ali referidos. -----

**----- 34. DIVERSOS/MARIA ISABEL SOARES DE PINHO – EDIFÍCIO EM RUÍNAS: -----**

----- Foi presente à consideração da Câmara o auto da vistoria realizada ao edifício que a senhora Maria Isabel Soares de Pinho possui no lugar de Baixo, freguesia de Canelas, para verificar as suas condições de segurança. -----

----- Face às conclusões da comissão de vistorias, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, nos termos do disposto na alínea c), n.º 5, art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, ordenar a realização das obras constantes do referido auto, nos termos e no prazo ali referidos. -----

**----- 35. DIVERSOS/JOSÉ ALBERTO MIRANDA CABRAL – INSALUBRIDADE: -----**

----- Foi presente à consideração da Câmara o auto da vistoria realizada à vacaria que o senhor José Alberto Miranda Cabral possui no lugar de Soutelo, freguesia de Chave, para avaliar as suas condições de salubridade.-----

----- Face às conclusões da comissão de vistorias, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, nos termos do disposto na alínea c), n.º 5, art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, ordenar a realização das obras constantes do referido auto, nos termos e no prazo ali referidos. -----

**----- 36. DIVERSOS/PARÓQUIA DE MOLDES – SUBSÍDIO: -----**

----- Foi presente a carta registada sob o número 6.863, em 4 de Julho corrente, da Paróquia de Moldes, a solicitar a comparticipação da Câmara nos custos de demolição da Capela de Ponte de Telhe para posterior reconstrução. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, conceder o subsídio de €4.400,00 (quatro mil e quatrocentos euros).-----

**----- 37. DIVERSOS/FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE FERMEDO – SUBSÍDIO: -----**

----- Foi presente a carta registada sob o número 1.260, em 2 de Março findo, da Fábrica da Igreja Paroquial de Fermedo, a solicitar o apoio da Câmara para a realização de requalificação e restauro da capela de Nossa Senhora da Saúde, em Cabeçais. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, conceder o subsídio de €1.500,00 (mil e quinhentos euros).-----

19.07.2011

----- **38. DIVERSOS/ESPECTÁCULO DE LUÍS REPRESAS – AQUISIÇÃO DE BILHETES:** -----

----- Foi presente à consideração da Câmara uma proposta no sentido de ser autorizada a aquisição de sete mil bilhetes com o valor unitário de €3,00 (três euros), distribuídos por cinco séries, identificadas pelas letras A a E, as quatro primeiras com mil e quinhentos bilhetes cada e a última com mil bilhetes, tendo em vista a formalização e contabilização da receita proveniente das entradas no espectáculo com o artista Luís Represas a realizar por ocasião da Feira das Colheitas. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, autorizar a aquisição daqueles bilhetes. -----

----- **39. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/REQUALIFICAÇÃO DOS TROÇOS DESCLASSIFICADOS – EN 326 – TROÇO SENRAS/FONTE:** -----

----- Foi presente o auto de medição de trabalhos número 1, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €5.770,60 (cinco mil setecentos e setenta euros e sessenta cêntimos). -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto. -----

----- **III — OUTROS ASSUNTOS:** -----

----- Nada a registar. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:** -----

----- Finalmente a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4, art.º 93.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro. -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. -----

----- Eram 17 horas. -----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que, achada conforme, vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, \_\_\_\_\_, Chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças que a redigi. -----